

# *Superior Tribunal de Justiça*

**TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.969 - SP (2018/0159418-5)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**REQUERENTE : ROSMARY ROSENDO DE SENA**  
**ADVOGADO : CARLA ROSENDO DE SENA BLANCO - SP222130**  
**REQUERIDO : ADEMAR SOARES ANCHIETA**  
**REPR. POR : ELISETE BRITO ANCHIETA - INVENTARIANTE**  
**ADVOGADO : MICHELE SASAKI - SP213561**

## **EMENTA**

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA NO RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE BLOQUEIO DE VALORES EM OUTRO PROCESSO. INVIABILIDADE. PEDIDO INDEFERIDO.

## **DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela provisória requerida por Rosmary Rosendo de Sena, na qual pleiteia o bloqueio dos créditos de titularidade de Ademar Soares Anchieta, "nos autos do Cumprimento de Sentença n. 0010635-18.2008.403.6183, em trâmite perante a 8ª Vara Previdenciária Federal de São Paulo" (e-STJ, fl. 937).

Alega que em 2000 foi contratada pelo ora requerido para prestação de serviços advocatícios, consistentes no requerimento de aposentadoria, porém, em novembro de 2010, foi destituída do processo, "razão pela qual, teve que ingressar com ação, objetivando a condenação da parte requerida ao pagamento de honorários contratuais no importe de 30% do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição nº 168.508.729-6, bem como sucumbência no importe de 10% de sucumbência fixada no processo judicial nº 0010635-18.2008.403.6183, relativo ao período do período de 12/09/2000 (data da DER) a 19/11/2010 bruto (data da destituição) – vide inicial e contrato de honorários anexo" (e-STJ, fl. 934).

O Magistrado de primeiro grau julgou procedente o pedido. Contudo, o TJSP anulou a sentença e reconheceu a carência de ação por ausência de interesse de agir, porquanto, "em se tratando de cláusula 'ad exitum', sem o trânsito em julgado da ação previdenciária, não se teria o implemento da condição contratada (êxito), o que seria elemento inafastável para produção dos efeitos remuneratórios" (e-STJ, fl. 935).

# Superior Tribunal de Justiça

Contudo, o Processo n. 0010635-18.2008.403.6183 encontra-se em fase de cumprimento de sentença, tornando imperioso o bloqueio de valores discutidos no aludido processo, pois alega que "a Requerente poderá suportar sérios prejuízos, correndo o risco da atual advogada do requerido receber integralmente os honorários sucumbenciais e ainda a dissipação do numerário pela parte requerida, antes mesmo da solução desta lide, correndo o risco da recorrente ficar sem receber pelos serviços prestados" (e-STJ, fl. 936).

Desse modo, aduz que estão presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* necessários para a concessão da tutela de urgência.

Brevemente relatado, decido.

Consabido, a tutela provisória de urgência demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de denotar a possibilidade de êxito do processo.

Na espécie, nenhum dos requisitos foi suficientemente demonstrado. Quanto ao perigo na demora, nota-se que não ficou demonstrada a iminência de nenhum ato de difícil reparação, pois, ainda que haja o depósito e levantamento de valores no processo em que se discute a aposentadoria do ora requerido, não se caracteriza o *periculum*, já que inexistente alguma vinculação de eventual condenação nestes autos com os valores discutidos naquele processo.

Da mesma forma, não ficou comprovada a probabilidade do direito, porquanto uma circunstancial condenação do requerido na presente demanda não determina que o pagamento seja feito com os valores recebidos no processo em trâmite na Justiça Federal. Adotar essa linha de raciocínio, inclusive, colocaria a requerente em uma posição de desvantagem, pois ela estaria limitada às quantias ali depositadas.

Ademais, caso haja a procedência da presente demanda, com decisão transitada em julgado, caberá à parte credora requerer o cumprimento de sentença, no qual poderá utilizar, no momento adequado, todos os meios processuais colocados à sua disposição para buscar o adimplemento de seu crédito, inclusive mediante a penhora no rosto dos autos (art. 860 do CPC/2015) ou a constrição de outros bens e valores de

# *Superior Tribunal de Justiça*

titularidade do devedor.

Dessa forma, não cabe, nesta oportunidade, determinar o bloqueio de valores que ainda não tiveram a titularidade especificada, sob pena de se inverter, indevidamente, a ordem processual.

Ante o exposto, indefiro o pedido, nos termos do art. 288, § 2º, do RISTJ.

Publique-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.



Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator